

Eixo Temático

1. Educação do Campo e Movimentos Sociais

Título

LUTAS E CONQUISTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR UMA EDUCAÇÃO NO/DO E PARA O CAMPO

Autor(es)

Luciélcio Marinho da Costa¹
Lucileide Paz de Lima Ferreira²

Instituição

Universidade Federal da Paraíba

E-mail:

leomarinhosufpb@gmail.com
luci_pazdelima@hotmail.com.

Palavras-chave:

Movimentos Sociais do Campo; Lutas e Conquistas e Educação do Campo.

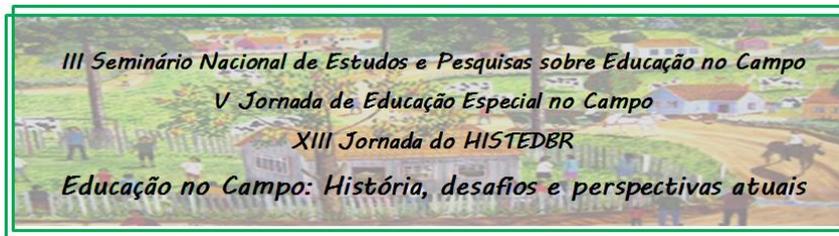
Resumo

O presente artigo teve a finalidade de provocar uma reflexão acerca das lutas dos movimentos sociais do campo por uma educação que contemple os anseios e as necessidades dos povos do campo. A sua fundamentação baseou-se em autores, como: Calado (2007), Batista (2007), Gohn (2001), Arroyo (1999), dentre outros. Configurou-se em uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa. Como resultado, percebeu-se que a luta travada, ao longo dos anos, pelos movimentos sociais do campo, por educação, vislumbra reorganizar a proposta pedagógica desenvolvida no espaço do campo, uma vez que a mesma não contempla as especificidade do campo e sua população.

¹ Professor do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal da Paraíba. leomarinhosufpb@gmail.com.

² Professora Orientadora Educacional da Secretaria de Educação do Município de João Pessoa/PB. luci_pazdelima@hotmail.com.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Texto Completo

Na sociedade em que vivemos a chamada “sociedade do conhecimento” a educação passa a ser cada vez mais importante, para a vida das pessoas, funcionando como elemento essencial para o desenvolvimento. Nessa perspectiva, os conhecimentos adquiridos no ambiente escolar devem ter aplicação na vida para que sejam significativos e valiosos para aqueles que têm acesso aos mesmos. Por isso a importância e necessidade de que essa educação chegue a todos os seres humanos de forma igual.

Ter educação é direito de toda a pessoa humana, independente de sua cor, raça, etnia etc. e, como bem público, é o principal vetor de inclusão social, possibilitando minimizar os índices de analfabetismo, bem como inserir o cidadão iletrado na sociedade.

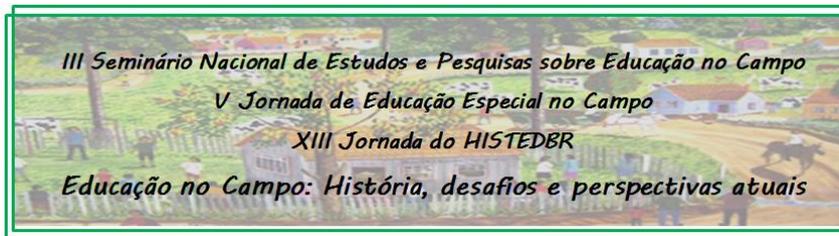
Dentre as principais reivindicações dos movimentos sociais do campo para os trabalhadores rurais que antes era, principalmente, de acesso a terra para nela morar e produzir foram incorporadas outras questões dentre as quais, a luta pelo direito a educação. Podemos dizer que essas lutas estão sendo reorganizadas na tentativa de se adequar ao mundo globalizado que se apresenta hoje, sem, portanto ter que se curvarem às exigências do capital que exclui e expropria o homem do campo.

A luta dos movimentos sociais é por políticas públicas que os reconheçam como sujeitos que têm cultura, que produzem que têm identidade, que têm uma trajetória política de lutas por seus direitos e não como sujeitos passivos, domesticáveis, que esperaram sentados que “as coisas caíam do céu”.

A educação levada ao campo ainda se traduz na Pedagogia Tradicional, na qual o aluno é visto como um ser passível, vazio de conhecimentos, que precisa ser preenchido por conteúdos, informações dadas pelo professor, enquanto detentor do saber. Não temos no espaço do campo uma educação que, oferecida pelo Estado, considere as especificidades dos alunos camponeses, sua capacidade de pensar, questionar, se indignar e, por isso, não se desenvolvem práticas educativas que despertem o afloramento de suas potencialidades.

Nós temos que ter um projeto para a escola pública do campo, contudo, não queremos dizer que esta seja uma “ilha” e sim seja organizada pelos setores das classes populares. Uma escola onde a expressão humana seja vigorosa, pulsante e viva que pode ser universal, no

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



sentido de considerar a diversidade de rostos e povos do campo, da cidade, da floresta, dos rios, das tribos indígenas de todos os que compõem o território nacional brasileiro.

No projeto de desenvolvimento dos movimentos sociais do campo existe a compreensão de que uma proposta de Educação por eles construída representa uma aliada em contraponto ao paradigma da Educação Rural que vem introjetando a visão de sociedade que interessa ao capital e disseminando visões dicotômicas em expressões duais como urbano *versus* rural; sendo o urbano marcado por indústria, saber científico, moderno, superior e, rural, sinônimo e presença de agricultura, saber popular, atraso, retrógrado, inferior.

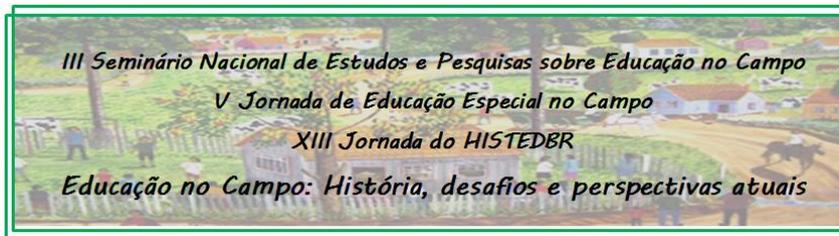
As propagandas veiculadas pela mídia, inclusive pelas políticas de estado e de governos, embora revestidas de um ‘modelo de campo sustentável’, ainda encontram-se arraigadas e refletem a exploração, exclusão, expropriação e aumento das desigualdades sociais dos povos do campo. Destacamos a Política Pública da Agricultura Familiar que enquadra e classifica os sujeitos do campo em modelos cartesianos, expressos por padrões de renda e capacidade produtiva, explicitando, dessa forma o paradigma do capitalismo agrário.

O discurso falacioso midiático do desenvolvimento sustentável oculta as reais intenções dos que dele se apropriam. Um desenvolvimento que só aumenta o poder e o capital de grandes empresas voltadas para a modernização do campo, expresso no aumento da produtividade, das áreas de produção, dos monocultivos, da produção de mais-valia, da apropriação do sobretrabalho camponês e de fortalecimento da agricultura capitalista expressa pelo agronegócio, como nova denominação do latifúndio.

Para a população camponesa o campo é visto como espaço de vida, *lócus* de possibilidades, de reprodução familiar. Contudo, o camponês sofre constantemente pressões por parte do sistema capitalista representado por grandes proprietários de terra, capitalistas, produzindo em parcelas da propriedade camponesa gêneros destinados a comercialização em mercados monopolizados.

Nesse processo o camponês resiste à expropriação, a apropriação da renda fundiária pelo capitalista, bem como desenvolve alternativas autônomas voltadas para a produção e comercialização, sobretudo com trabalho de base familiar, nas quais prevalecem também relações comunitárias de solidariedade, ajuda mútua e cooperação. É nessas bases que a

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



população camponesa reafirma seu modo de vida, ao passo em que se opõe ao modo de produção capitalista.

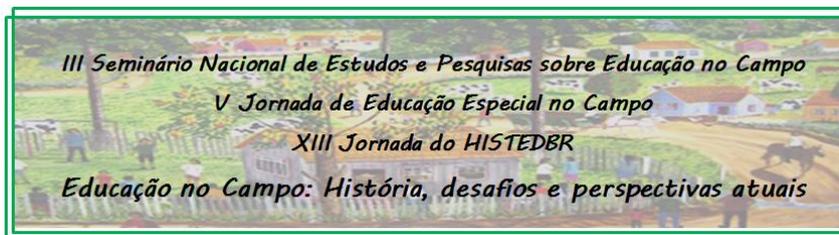
É imprescindível que os sujeitos do campo assumam seu papel social como protagonistas da história de luta por outro modelo de campo que promova a igualdade e a justiça através da igualdade de direitos, expressos, por exemplo, a partir do cumprimento da função social da propriedade e dos demais direitos inerentes aos seres humanos do campo, como a Educação do Campo e a reforma agrária.

As classes sociais organizadas, excluídas dos direitos básicos, como educação, saúde, moradia, trabalho, terra, dentre outros, protagonizaram, ao longo da história, importantes processos reivindicatórios para o reconhecimento de sua condição de sujeitos de direitos. Interessam-nos nessa reflexão, os movimentos sociais de caráter popular, cuja prática, segundo Calado (2007, p. 99), vislumbra o “[...] compromisso com a construção de uma sociabilidade alternativa ao modelo capitalista de organização social”. De modo geral esses movimentos sociais têm em comum a luta por mudanças sociais que decorrem das contradições que se evidenciam na sociedade em seus aspectos econômicos, políticos e culturais.

Novas condições de dignidade e de justiça social, de transformação da ordem vigente, de respeito à dignidade humana dos desiguais são postas como legítimas nos processos reivindicatórios que precisam ser renovados e reorganizados, em diferentes contextos históricos. As demandas são postas, “[...] uma vez que, em cada momento histórico esses movimentos sociais se expressam de forma diferente, no sentido de buscar a construção de uma ordem a partir de uma realidade também diferente” (BONETI, 2007, p.55).

São as diferentes demandas no campo social e político que desencadeiam uma multiplicidade de movimentos sociais. A análise destes constitui-se em tarefa que exige a apreensão de suas demandas que são inseridas no campo dos direitos. Ressaltamos ainda, que a principal bandeira de luta dos movimentos sociais do campo ao longo da história brasileira tem sido pela Reforma Agrária, entendida como uma das bases para a construção de um novo projeto de sociedade que questiona o latifúndio brasileiro e busca melhores condições de vida para os camponeses.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



A distribuição desigual da terra tem gerado contextos de exploração, escravidão e a expulsão do homem do campo de suas terras em direção às grandes cidades, de modo a serem condenados a “sobreviver” em favelas, nas periferias dos grandes centros urbanos, conforme afirma (BATISTA, 2007). Essa situação tem gerado a organização de forças coletivas em favor de um projeto de campo mais humano que favoreça ao homem e à mulher camponesa condições de vida digna em que todos e todas tenham direitos historicamente negados, como a moradia, a saúde, as condições de trabalho, infraestrutura, educação, dentre outros.

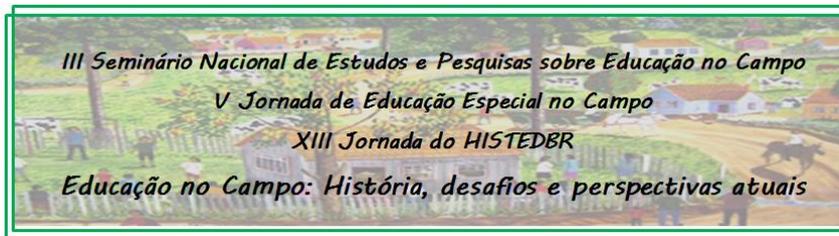
A educação como demanda de luta dos movimentos sociais do campo

A década de 1990 pode ser considerada como promissora do ponto de vista da organização dos movimentos sociais do campo no que se refere à luta por melhores condições de vida para os camponeses, contribuindo para instaurar o que Gohn (2001, p.98) chama de “[...] nova racionalidade no social: a de que o povo, os cidadãos, os moradores, as pessoas têm o direito à participação das questões que lhes dizem respeito”. Acerca do protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta a favor do camponês, Batista (2007) acrescenta que, estes se articulam em torno de reivindicações, visando propor uma educação de qualidade, específica para a realidade do homem que vive no e do campo, no sentido de que contribua na constituição e na afirmação da identidade camponesa, da valorização da vida no campo.

Salientamos que o pano de fundo desses movimentos sociais do campo é a disputa por um projeto de sociedade baseado na agricultura familiar camponesa em oposição ao agronegócio. Os movimentos sociais, lutando por políticas públicas, fizeram avançar, também por parte do Estado, na definição do ordenamento político da educação e na criação de programas específicos para os povos do campo, cujas proposições e programas precisam ser efetivados nas escolas.

Uma das conquistas políticas no conjunto das organizações de trabalhadores e trabalhadoras do campo, no âmbito da luta por políticas públicas educacionais, foi a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 que trata das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Esta resolução resultou de uma reivindicação

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



histórica dos movimentos sociais do campo que defendiam, naquele momento, e continuam defendendo a educação como um direito de todos e responsabilidade do poder público.

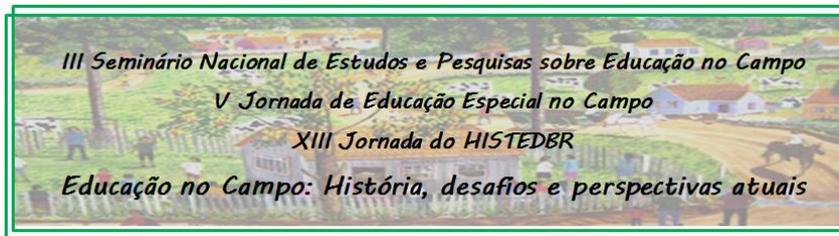
O reconhecimento e a valorização da diversidade dos povos do campo, a formação diferenciada de professores, a possibilidade de diferentes formas de organização da escola, a adequação dos conteúdos às peculiaridades locais, o uso de práticas pedagógicas contextualizadas, a gestão democrática, a consideração dos tempos pedagógicos diferenciados, a promoção, através da escola, do desenvolvimento sustentável e do acesso aos bens econômicos, sociais e culturais são conquistas expressas nas Diretrizes (BRASIL, CNE/CEB, 2002). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 28, prescreve que:

Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: **I** - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; **II** - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; **III** - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Apesar dessa abertura de adequação da escola à vida do campo, no corpo do texto da LDB, não se especificou quais seriam as medidas a serem adotadas, contudo, possibilitou um importante aceno para o futuro da Educação do Campo. Baseado nesse artigo tornou-se possível discutir e aprovar as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Apesar desse dispositivo não garantir, na prática, seu cumprimento por falta de compromisso de gestores no trato com a educação de modo geral, configuram-se num avanço considerável por se tratar de um documento oficial que representa também o olhar dos movimentos sociais do campo.

A presença dos movimentos sociais do Campo tem assumido relevante papel nas políticas para o setor, uma vez que pressionando os governos, nas três esferas, vêm fortalecendo o cumprimento das determinações apresentadas propostas nas Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo. O paradigma de educação que os movimentos

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



sociais do campo estão construindo considera a cultura, as características, as necessidades e os sonhos dos que vivem no e do campo. Arroyo (1999), afirma que “[...] é impossível pensar na educação do campo sem referi-la aos sujeitos concretos, históricos, à infância, à adolescência, à juventude, aos adultos que vivem e constituem humanos”. A educação pensada a partir dessa lógica reconhece o homem, a mulher, a criança camponesa como seres humanos que têm o direito à educação de qualidade e que possa servir de fato como meio de emancipação da condição de subordinação à lógica do capital.

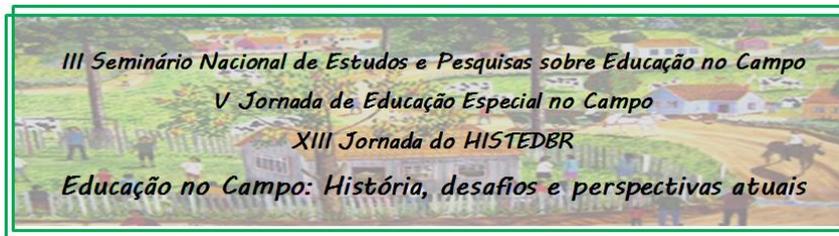
A luta dos movimentos sociais do campo, na construção do paradigma da Educação do Campo, dar-se em oposição ao paradigma da educação rural, uma vez que esse não contribui com projeto de desenvolvimento sustentável para o campo brasileiro que está em construção. Ao contrário, reforça a lógica do agronegócio, de que o campo deve ser inabitável para tornar-se unicamente fonte de acumulação de riqueza. Esse paradigma de educação é respaldado em uma cultura hegemônica que trata os valores, as crenças, os saberes do campo ou de maneira romântica ou depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos.

Os princípios da Educação do Campo

O campo brasileiro, sobretudo ao final da segunda metade do século passado, se expressa na força da luta dos movimentos sociais e passa por consideráveis mudanças e incorporou uma dinâmica diferenciada da perspectiva do atraso com que era vista as pessoas como ignorantes e, portanto, desmerecedora de políticas públicas por parte do Estado. Por meio da luta dos movimentos sociais o campo passa a ser pensado como espaço de vida, de construção de identidades, da agricultura familiar camponesa, de saberes e de valores múltiplos.

Nesse espaço não há lugar para a educação rural que historicamente reforçou um projeto neoliberal. Ao contrário dessa perspectiva, a educação passa a ser questionada pelos sujeitos organizados no campo, de modo a dar impulso à construção de uma proposta que contribua com o projeto de sociedade e de campo brasileiro o qual, de acordo com Batista (2007, p. 169), deve-se “[...] constituir economicamente sustentável e socialmente solidário,

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



constitutivo de novas territorialidades e sociabilidades para a implementação de uma política de educação que se fundamenta no respeito aos saberes dos povos do campo”.

No campo como espaço de vida, emerge a categoria de “camponês”, que o habita e nele trabalha, representando a diversidade de sujeitos. Desse modo, a Educação do Campo tem valorizado a terra como instrumento de vida, de cultura, de produção, que deve se constituir na identidade de escola do campo a partir dos sujeitos sociais a quem se destina, a saber: agricultores/as familiares, assalariados/as, assentados/as, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro.

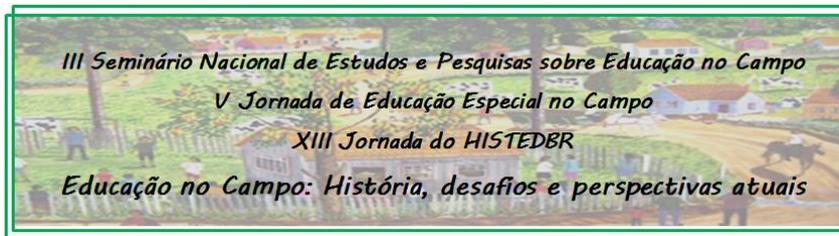
A identidade camponesa vincula-se às suas “lutas” e às reivindicações dos movimentos sociais por direitos, sobretudo a uma educação compatível com sua diversidade cultural, ancorada na temporalidade e nos saberes próprios de cada povo que tem no campo o seu lugar de vida, de cultura, de produção, de moradia e de lazer.

A identidade camponesa se faz em oposição à identidade da agricultura capitalista, pois concebe a terra, o trabalho e a cultura do campo sob um olhar diferente. Sob a lógica do capital o campo é determinado pelo aspecto econômico, visto apenas como espaço de produção, de negócio. Sob a lógica camponesa compreende-se o campo como espaço de vida, com seus sujeitos e suas tradições, espaço de cultura, de produção da vida, de democratização das relações sociais e de solidariedade. Carvalho (2005, p.25), mostra essa oposição associada à diferenciação identitária que se coloca exatamente na luta entre o capital e a construção de experiências para a transformação da sociedade.

A partir de uma lógica dualista de atrasado e moderno, classifica o camponês como atrasado e o agricultor familiar como moderno. Essa lógica dualista é processual, pois o camponês para ser moderno precisa se metamorfosear em agricultor familiar. Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere (...) uma mudança ideológica.

A identidade camponesa se dá na luta e na conquista de território camponês, na atualidade o campo brasileiro que aparece nas propostas educacionais dos movimentos sociais que, segundo Souza (2006, p.51), “[...] com a ideia de valorização do trabalhador que atua no

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



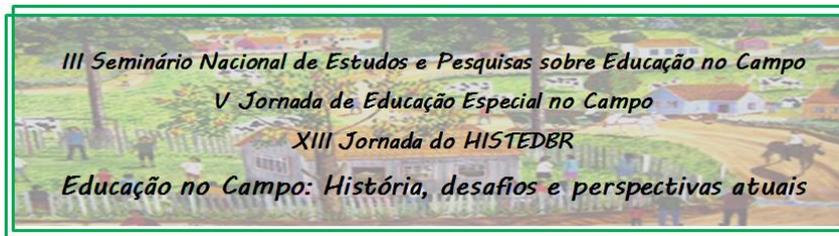
campo, que possui laços culturais e valores relacionados à vida na terra”. A Educação do Campo tem sido defendida e construída junto e pelos movimentos sociais como uma proposta educativa que considera como matriz os interesses culturais, sociais e econômicos dos sujeitos que habitam e trabalham nesse espaço.

A literatura que vem sendo construída pelos sujeitos que compõem os movimentos sociais, sobretudo, os do campo, como também por pesquisadores identificados com essa linha de discussão, dá conta de que a gênese da concepção de Educação do Campo aconteceu durante a realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), promovido em julho de 1997, em Brasília, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em parceria de algumas instituições mencionadas a seguir. No entanto, conforme Fernandes e Molina (2004), o processo de construção desse paradigma educacional ganhou desenvoltura especialmente a partir da 1ª Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, na cidade de Luziânia (GO) promovida pelas seguintes instituições: CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; UnB – Universidade de Brasília; UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura e UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Essa Conferência representou o marco do impulso do debate da Educação do Campo, uma vez que redes de movimentos sociais, além das instituições anteriormente mencionadas, reuniram-se para pensar políticas específicas de educação para as comunidades do campo, cujo paradigma de educação se tornou emergente. Naquele momento intensificou-se a discussão do paradigma da Educação do Campo que assume um compromisso com a vida, com a luta e com os movimentos sociais que buscam construir um país onde se possa viver com dignidade. Resgata o direito dos povos do campo à educação básica, pública, ampla e de qualidade.

Entendemos a Primeira Conferência como espaço de construção e/ou solidificação de parcerias entre movimentos sociais e instituições comprometidas socialmente com o desenvolvimento do campo brasileiro ecologicamente sustentável e economicamente justo. Nesse sentido, a Educação do Campo ganha força como parceira na concretização de uma

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



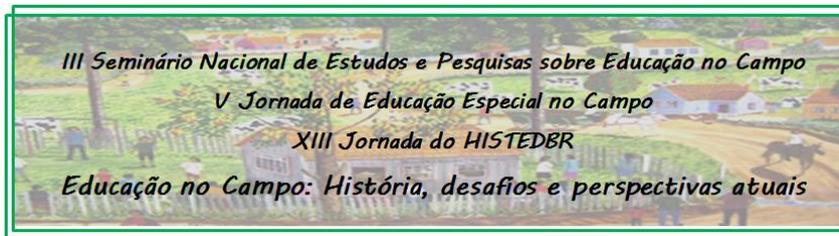
agenda política sustentada pela participação de sujeitos coletivos vinculados ao campo e ao conjunto da classe trabalhadora. Na discussão da materialidade da compreensão da origem de Educação do Campo, Caldart (2005, p. 18-19), resume o contexto originário dessa concepção de educação nos seguintes termos:

[...] o campo e a situação objetiva das famílias nessa época, com o aumento da pobreza, a degradação da qualidade de vida, o aumento da desigualdade social e da exclusão; a barbárie provocada pela implantação violenta do modelo capitalista de agricultura; nesse mesmo período a situação em relação à educação: ausência de políticas públicas que garantam o direito à educação e à escola para os camponeses/trabalhadores do campo; ao mesmo tempo a emergência de lutas e de sujeitos coletivos reagindo a esta situação social, especialmente as lutas camponesas e, entre elas, a luta pela terra e pela reforma agrária; o debate de outra concepção de campo e de projeto de desenvolvimento que sustente uma qualidade de vida para a população que vive e trabalha no campo; vinculadas ou não a estas lutas sociais, a presença significativa de experiências educativas que expressam a resistência cultural e política do povo camponês frente às diferentes tentativas de sua destruição.

Esses fatores aqui apresentados refletem o aumento das desigualdades sociais advindas de um modelo capitalista perverso. Diante dessa realidade, a Educação torna-se fundamental para o entendimento e a superação da exploração, da opressão, das injustiças e da exclusão da população que vive no campo. A organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo requer, pois, do (a) educador (a) uma formação que favoreça a compreensão do processo educacional, de modo a entender a importância da seleção de determinados temas significativos para os sujeitos da ação pedagógica.

Os aspectos específicos que devem constar nas propostas de formação desses educadores, seja inicial ou continuada, estão contempladas na discussão e na reflexão dos Princípios Pedagógicos da Educação do Campo que são: a) o papel da escola enquanto formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana; b) a valorização dos diferentes saberes no processo educativo; c) os espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem; d) o respeito à temporalidade do homem do campo; e) o lugar da escola vinculado à realidade dos sujeitos, e por fim, f) a Educação do Campo como estratégia para o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2004).

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



O papel da escola como formadora de sujeitos articula-se a um projeto de emancipação humana, pautada em uma concepção de respeito à cultura e à história de vida de cada camponês. Portanto emana de um currículo que incorpora a diversidade do campo. Dessa forma, torna-se necessário que a Educação do Campo seja alicerçada em um currículo contextualizado, o qual, segundo Souza (2005, p. 98), “[...] fundamenta-se na ideia de que só é possível dar mais sentido ao processo ensino aprendizagem se construído considerando a historicidade dos sujeitos sociais, pautando-se na complexidade de tais processos históricos”.

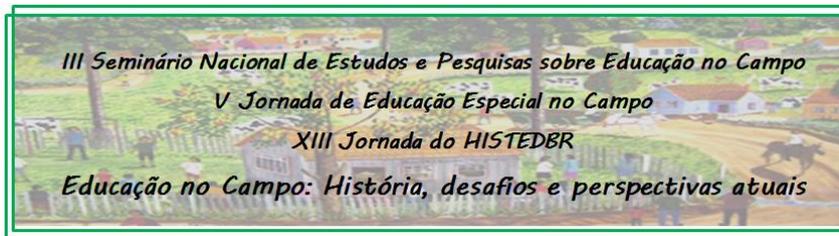
Na Educação do Campo, o currículo contextualizado respalda-se na perspectiva crítica da realidade vivida por homens e mulheres. Esse currículo é definido por Batista (2006, p. 101) como “[...] uma construção histórica envolto em determinações sociais, culturais, políticas”. É essa concepção que os movimentos sociais do campo têm ajudado a construir, reforçando sua identidade com a terra, com a cultura, com um projeto de sociedade.

A dinâmica das escolas e dos educadores do campo precisa estar “colada” com a realidade sócio-histórica do educando, de modo a incorporar nas aulas, nas atividades proposta, formas de resgatar a cultura, os valores, a história, a memória e os saberes dos camponeses que os alunos expressam na sala de aula, resultado da sua vivência como filhos de agricultores que habitam e trabalham no campo.

O respeito à valorização dos diferentes saberes no processo educativo articula-se ao diálogo como elemento mediador, em que o processo de ensino e aprendizagem parte do pressuposto do respeito pelo conhecimento adquirido pelos sujeitos ao longo do seu percurso de vida. Ainda nessa perspectiva, esses conhecimentos precisam assegurar as condições que contribuam para uma melhor qualidade de vida do homem do campo independente do lugar em que vive. No trabalho pedagógico norteado pela proposta da Educação do Campo, necessariamente, a “[...] escola precisa levar em conta os conhecimentos que os pais, os/as alunos/as, as comunidades possuem, e resgatá-los dentro da sala de aula num diálogo permanente com os saberes produzidos nas diferentes áreas de conhecimento” (BRASIL, 2004, p. 37).

Considerando os diferentes saberes a serem incorporados à proposta curricular da escola do campo, o diálogo assume relevante papel, pois é por meio dele que o homem, a

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



mulher, a criança, o adolescente se educam juntos, reinventando seu mundo. Desse modo, o saber de todos passa a ser valorizado e pelo diálogo se constituem as relações sociais do homem do campo no seu cotidiano, na família, na escola, nas associações, em todos os ambientes sociais. É nessa perspectiva, segundo Freire (2005, p.91) que entendemos a importância do diálogo:

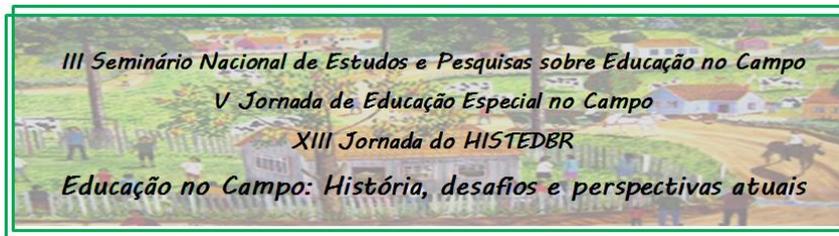
O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo e a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se ao ato de depositar de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples trocas de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

A relação dialógica se constitui a partir da necessidade existencial do ser humano, assumindo importância no processo ensino-aprendizagem, como meio de problematização, de reflexão e de apreensão dos conteúdos e concepções de mundo. Para a escola do campo, esses saberes devem constituir-se em conteúdos socialmente úteis e válidos, uma vez que são construídos na interação entre seres humanos e a natureza, no dia-a-dia a partir da realidade vivida na busca de soluções para seus próprios problemas e desafios que enfrenta.

Com relação aos espaços e aos tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem, reconhecemos que a educação das pessoas não ocorre apenas no interior da escola, senão também nas relações estabelecidas pelos sujeitos no seio da sociedade. O respeito à temporalidade do homem do campo sugere a interlocução com suas formas de produção, respeitando-se determinadas peculiaridades, uma vez que as comunidades têm seu ritmo de produção e de cultura. O princípio da temporalidade se opõe ao modelo capitalista, que em nome do lucro imediato expropria e explora os trabalhadores camponeses como mão-de-obra na produção em larga escala, produzindo situações de subdesenvolvimento e de fome.

A perspectiva de vincular à Educação do Campo à realidade dos sujeitos que vivem e estudam nesse espaço é, pois, reforçada pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE/CEB/2002), quando indica que a identidade da escola é definida pela sua vinculação aos problemas inerentes à sua realidade, às temporalidades, aos saberes, à memória coletiva, à ciência, à tecnologia e aos movimentos sociais.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



O Princípio Pedagógico da Educação do Campo como estratégia para o desenvolvimento sustentável reinventa o campo em suas potencialidades. Assim é necessário estabelecer o vínculo da educação com o projeto de desenvolvimento social. Essas possibilidades coadunam com o entendimento de Caldart (2004a) ao afirmar que a Educação do Campo participa do debate sobre desenvolvimento, assumindo uma visão de totalidade, em contraposição à visão setorial e excludente que ainda predomina entre gestores e educadores em nosso país. Reforça dessa forma a ideia de que é necessário e possível fazer do campo uma opção de vida, de vida digna.

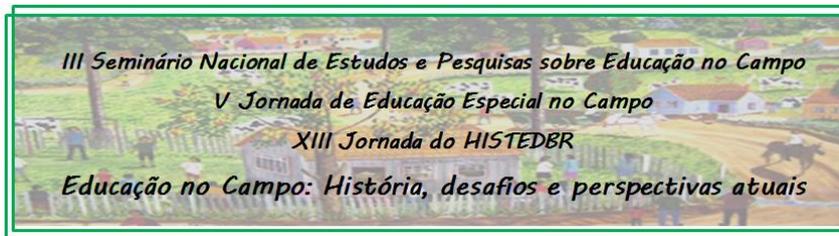
A educação deve pensar o desenvolvimento levando em conta os aspectos da diversidade, da situação histórica particular de cada comunidade, os recursos disponíveis, as expectativas, os anseios e necessidades dos que vivem no campo. [...] Os paradigmas da sustentabilidade supõem novas relações entre pessoas e natureza, entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas. A educação para o desenvolvimento leva em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política, cultural, a equidade de gênero, racial, étnica e intergeracional (BRASIL, 2004, p. 39).

Esse princípio questiona a escola do campo no sentido de que a prática pedagógica nela desenvolvida se integre a um novo projeto popular de desenvolvimento o qual, a nosso ver, se constitui no pano de fundo das lutas dos movimentos sociais do campo.

Considerações

A Educação do campo precisa ser compreendida a partir de outro processo, visando promover uma relação de cooperação entre os sujeitos da escola e da comunidade com base em uma proposta de desenvolvimento com envolvimento dos sujeitos do campo, pensado a partir do próprio contexto, portanto, contrário ao que sempre foi imposto pelo colonizador. O fato de, a educação ser “levada” ao campo já nos diz muita coisa, pois, mostra que não pensada pelos seus sujeitos, “vem do lado de lá”, ou seja, do urbano, traduzida em uma pedagogia que desconsidera o campo enquanto espaço de vida.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Diante disso, os movimentos sociais do campo propõem uma nova educação do/no/para o campo que considere o camponês como ser pensante, construtor de história, sujeitos de direitos. A busca constante por seus direitos faz dos camponeses agentes participativos e atuantes na sociedade, protagonizando sua própria história e, conseqüentemente, a história coletiva.

Entendemos que a luta por terra, por reforma agrária, por Educação do Campo constitui-se como práticas continuamente construídas como símbolo da resistência camponesa. É uma luta popular contrária a lógica de dominação das relações capitalistas no campo, expressa pelo agronegócio, como expressão sinônima do latifúndio.

Acreditamos, portanto, ser imprescindível um projeto de reforma agrária com infraestrutura compatível que atenda às necessidades básicas das massas populacionais expropriadas e exploradas do campo brasileiro, a exemplo de um projeto de Educação do Campo, pautado nos ideais dos movimentos sociais.

Referências

ARROYO, Miguel G. In: KOLLING, Edgar Jorge. NERY, Ir. MOLINA, M. C. **A Educação Básica e o Movimento social do Campo**. Vol.1.1999.

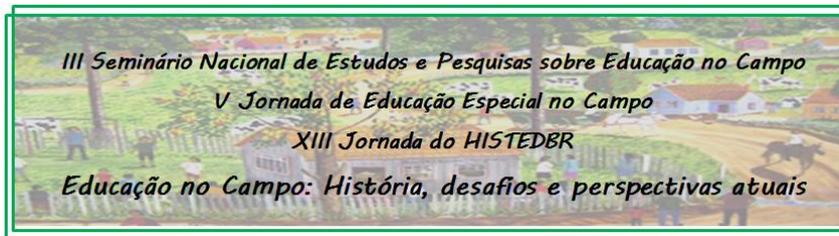
BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos Sociais e Educação do Campo (Re) construindo Território e a Identidade Camponesa. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes. P. e JEZINE, Edineide. (Orgs.). **Educação e Movimento Sociais: novos olhares**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. O campo como território de conflitos, de lutas sociais e movimentos populares. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso, JESINE, Edineide. **Educação popular e movimentos Sociais**. João Pessoa/PB, Editora Universitária, 2006.

BONETI, Lindomar W. Educação e Movimentos Sociais Hoje In: ALMEIDA, Maria de Lourdes. P e JEZINE, Edineide. (Orgs.). **Educação e Movimento Sociais: novos olhares**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação e Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9.394/96. Brasília, 1996.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



BRASIL, Ministério da Educação. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. Referências para uma política nacional de educação do campo - GPTEC: **Caderno de Subsídios**. RAMOS, Marise Nogueira, MOREIRA, SANTOS, Telma Maria Clarice Aparecida dos. (Coord.). Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2004.

CALADO, Alder Júlio F. Movimentos Sociais por uma Sociabilidade Alternativa. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes. P e JEZINE, Edineide. (Orgs.). **Educação e Movimento Sociais: novos olhares**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

CALDART, R. S.; ARROYO, Miguel Gonzalez; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna, JESUS, Sônia M. S. Azevedo de (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Vol. 5. Brasília, 2004 a.

CARVALHO, Marize Souza. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. In: **Seminário Estadual de Educação e Diversidade do Campo**, I., 2005, Natal. Palestra. Natal: MEC/SECAD, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano, MOLINA, Mônica C. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna, JESUS, Sônia M. S. Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Vol. 5. Brasília, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. 46 ed.: Paz e Terra, 2005.

GOHN, Maria da Glória M. **Movimentos sociais e educação**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de. **A gestão do Currículo Escolar para o desenvolvimento humano e sustentável no semi-árido brasileiro**. São Paulo: Petrópolis, 2005.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015